

SOBRE DOCUMENTAÇÃO ETNOGRÁFICA

Jorge Freitas Branco ¹

I

Sistematizar informação e tratá-la de forma a estar acessível a especialistas e outros eventuais interessados é uma tarefa básica e fundamental para qualquer domínio científico, mas que entre nós ainda peca muito pela sua carência ou mesmo quase ausência. No âmbito dum projecto da Associação Caminus, financiado pela actual Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ex-JNICT), foi possível começar a contrariar a situação. Um grupo de investigadores (Nélia Dias, José António Fernandes Dias, Catarina Mira, Cláudia Pignatelli, Maria João Mota, André Costa e António Perestrelo de Matos) levou a cabo durante três anos um levantamento das colecções etnográficas existentes no país (incluindo as Regiões Autónomas). O resultado será publicado em sete volumes, dos quais três já estão disponíveis: *Roteiro de Museus (Colecções Etnográficas) Primeiro Volume. Lisboa e Vale do Tejo*, Lisboa, Olhapim, 1997, 167 páginas, *Roteiro de Museus (Colecções Etnográficas) Segundo Volume. Alentejo e Algarve*, Lisboa, Olhapim, 1998, 144 páginas e *Roteiro de Museus (Colecções Etnográficas) Terceiro Volume. Região Centro (Beiras)*, Lisboa, Olhapim, 1999, 140 páginas. Passa a existir a base imprescindível para uma carta museológica abrangendo todo o território e em função do critério colecção etnográfica. São fornecidos dados relativos aos locais de existência, às características do espólio, o seu historial, o estado de conservação, o perfil documental conhecido e o âmbito museológico em que se insere. Os volumes são ilustrados e têm mapas das regiões abrangidas, de forma a facilitar ao leitor o posicionamento geográfico.

Estes dois volumes deixam entrever a possibilidade de em breve ser possível formular hipóteses de trabalho na investigação museológica, partindo da muita informação compilada. Questões estudadas há muito noutros países podem começar a ser colocadas para o nosso panorama nacional: o número de colecções, os períodos em que foram reunidas, os colectores e os respectivos contextos de recolha, os perfis artefactuais, os entendimentos da noção de etnografia, a tipificação das tutelas, o factor identitário no meio em que se inserem, o papel do público e, finalmente, as perspectivas previsíveis de dinamização. Trata-se duma acção pioneira, que

¹ Departamento de Antropologia do ISCTE; Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE).

por isso teve de enfrentar muitas dificuldades. Mas o resultado está à vista e dispõe-se dum primeiro instrumento de trabalho, sem qualquer dúvida significativo. Não creio que se possa estabelecer uma relação entre meio natural ou divisão regional e perfis artefactuais de colecções (etnográficas), sobretudo quando a elas preside uma visão nostálgica construtora de uma ruralidade atemporal. São objectos de memória, agora. Mas precisamente esta e outras questões podem, com as ferramentas que a Caminus proporcionou, ser formuladas, discutidas e analisadas. Um manancial para o estudo de colecções e para a pesquisa expositiva. É pena os volumes não coincidirem nas dimensões e faltar-lhes o ISBN.

II

O Museu Antropológico da Universidade de Coimbra (MAUC) vai-nos habituando a um trabalho de museologia etnográfica sério e sem sensacionalismos. Mas eles acabam por surgir, quando a pesquisa é consistente – recorde Alexandre Rodrigues Ferreira, a exposição com o espólio etnográfico setecentista recolhido nos trópicos da então América portuguesa (ainda não havia Amazônia!), o respectivo catálogo com um estudo fundamental duma grande especialista nesta matéria, Tekla Hartmann. Outra tarefa é a de promover a disponibilidade de catálogos descritivos sobre espólios em geral ou colecções determinadas. De facto, de pouco serve elas existirem, se nada se sabe.

Diamang. Estudo do Património Cultural da Ex-Companhia de Diamantes de Angola, Coimbra, Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, 1995, 256 p., sob a coordenação de Manuel Laranjeira Rodrigues de Areia, é o resultado da abordagem preliminar e sistemática do património adquirido a uma grande empresa concessionária, cuja actividade se prolongou ao longo de décadas no leste angolano. O espólio remanescente adquirido e transferido para Coimbra em 1988, compreende uma colecção etnográfica – 315 peças do enorme acervo recolhido entre 1936 e 1977 pelo Museu do Dundo –, um fundo bibliográfico especializado e outro de audiovisuais. A acção cultural da empresa, um autêntico estado dentro do então estado colonial, abrangeu áreas como a etnografia, o folclore musical, a arqueologia pré-histórica, a antropologia física, a biologia, assim como um vasto e dispendioso programa editorial. O estudo agora apresentado contou com participação vária: ex-altos funcionários da companhia, Marie-Louise Bastin (arte da África central) e Gerhard Kubik (música africana). Há que sublinhar o valor múltiplo destes acervos. Na vertente da etnografia do leste angolano, os artefactos e as gravações incidem sobre os aspectos da arte e da música. Mas, para além disso, o Museu do Dundo foi um berço da etnografia angolana no século XX, por lá passando reputados especialistas internacionais. Neste âmbito, abre-se a perspectiva de cruzamento de informação

com outros estudos recentes, como os de B. Heintze sobre o espólio de H. Baumann e sobre o controverso A. Schachtzabel, um colector de etnografia angolana para o Museu Etnográfico de Berlim (anos 30). O património em questão pode também fornecer um quadro de análise privilegiado no sector da museologia, dado que o Museu do Dundo, instalado em pleno mato, revela talvez um caso único e paradigmático, no contexto colonial português. Foi, sem dúvida, a autodignificação da empresa, um projecto ímpar de modernidade, no sentido dado por P. Rabinow, por isso, competindo agora, distanciados no tempo e no espaço, indagar qual o público então visado. Os materiais existentes são a base para ajudar a equacionar esta e muitas outras questões. Passa a existir mais um importante instrumento de trabalho.

III

A revista anual *Antropologia Portuguesa*, 14, 1997, 146 p., é um fascículo temático dedicado à museologia etnográfica e teve a coordenação de J. A. Fernandes Dias (Universidades de Lisboa e de Coimbra). Só pelo assunto em si, chamaria a atenção, uma vez que em termos internacionais continua a assistir-se a uma explosão do interesse, das investigações e das realizações nesta área. A maior parte dos sete artigos compilados resulta dum colóquio da EASA, realizado no ano de 1993 em Coimbra, intitulado “Ways of Seeing. Ways of Framing. Ways of Displaying”. São perceptíveis três enfoques. Nélia Dias, Völker Harms e Anthony Shelton indagam contextos diversos em que se produziu museografia de perspectiva antropológica (respectivamente, a propósito da França na viragem do século, interroga se a função actual do museu não continuará a ser o exercício da vista, mesmo sem objectos; a Alemanha, na actualidade, questionando a pertinência (politicamente correcta) do retorno/devolução de colecções; a necessidade – bem real – da museologia etnográfica se desprender de um discurso velho de quase um século, sob pena de se ver ultrapassada pelas formulações de outros colegas de ciências sociais). Barbara Wolbert indaga a consistência da categoria *outro*, na base de recentes exposições com materiais não europeus realizadas na Europa central tematizando a imperceptibilidade implícita na globalização. Finalmente Mary Bouquet e J. A. Fernandes Dias reportam-se a experiências tidas em contextos de investigação expositiva. No primeiro caso, a propósito do centenário do paleoantropólogo neerlandês Dubois, equaciona-se na celebração a natureza do processo de conhecimento no tempo e no espaço; o segundo detém-se sobre os pressupostos que o conduziram a formular a concepção duma temática expositiva, partindo duma colecção recentemente apresentada, ou seja, sobre como formular discursos diferentes na base dos mesmos objectos.

Em jeito de balanço, diga-se que este número da revista traduz uma inquietação presente nos antropólogos fora dos museus e de alguns neles inseridos. Trata-se de indagar o papel dos museus etnográficos, das colecções que eles albergam e a sua consistência epistemológica. Ao mesmo tempo que se questionam as categorias analíticas, constata-se um não-abrandamento no interesse do público pelo que se passa nos museus – mas só à primeira vista. Será de ponderar o papel dinamizador e reformulador exercido pelas exposições, que podem estar divorciadas dos museus. Ora este pode ser uma das vertentes da tendência em curso nos últimos anos. Por último também me questiono sobre as técnicas museográficas em si: não será que na museologia etnográfica perdura por vezes um excesso de intelectualização na apresentação? Os museus de história natural, de ciência e de técnica são os que atraem maior número de visitantes. Que terão eles e os de etnografia não? Que se consegue mais facilmente numa exposição e com maior dificuldade na instituição museológica?

IV

A olaria é um dos sectores predilectos na investigação sobre cultura material, tendo-se tornado há muito uma especialidade neste domínio. É também e frequentemente ponto de encontro entre antropólogos, historiadores e arqueólogos. Embora desenvolvam por vezes em separado as suas linhas de pesquisa, não deixam de surgir oportunidades de confronto de resultados. O Museu de Olaria, em Barcelos, tem desenvolvido actividade em várias frentes. Por um lado, publicando catálogos descritivos de sectores seleccionados do seu espólio, neste caso da colecção reunida em finais da década de 60 nos Açores por Eduíno Borges Garcia.

Cerâmica Açoriana: Catálogo, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1993, 157 p., de Isabel Maria Fernandes, é, para além de um contributo para a documentação etnográfica em geral, uma linda publicação que corre o risco (positivo) de chamar a atenção fora do círculo de especialistas na matéria ou em museologia. A publicação reproduz objectos em profusão e com muito boa qualidade. Para além disso a cerâmica açoriana tem sido alvo de outros estudos e de recolhas. Penso no trabalho exaustivo à escala da região, realizado por Rui de Sousa Martins, da Universidade dos Açores, no museu de Vila Franca do Campo. Deste modo o tema olaria e os Açores como terreno etnográfico beneficiam com a informação disponibilizada.

V

Ainda pela mesma investigadora (com larga experiência como conservadora), no quadro dum projecto multidisciplinar, foi apresentada uma exposição,

cujo catálogo, organizado por Isabel Maria Fernandes e Ricardo Teixeira (*A Louça Preta em Portugal: Olhares Cruzados*, Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais, 1997, 240 p.), constitui um caso exemplar do tratamento expositivo de um tema assente em pesquisa muito recente, ou seja, reflectindo o estado actual dos conhecimentos. Não é aqui o local para recensar a exposição (cf. apreciações críticas na revista *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 39 (1-2), 1999). No catálogo colaboraram 27 especialistas (história, arqueologia, museologia, artes plásticas, engenharia metalomecânica, sociologia, arquitectura, ciências documentais), que em textos curtos, incisivos e claros conseguem cativar o leitor sem o extenuar, antes pelo contrário, despertando-lhe o interesse. Para além duma apresentação gráfica caracterizada por uma estética sóbria em sintonia com o material posto a discurso, a publicação contém um roteiro das colecções de louça preta e uma bibliografia comentados e ainda o catálogo descritivo propriamente dito. Perdurando sem qualquer dúvida para além da exposição – que esteve patente ao público no Porto e em Lisboa –, ele é um exemplo duma relação equilibrada e correcta entre os sectores dum projecto expositivo bem pensado e realizado: o primeiro deve estar subordinado ao segundo, e não o inverso. Em minha opinião, do melhor que se tem visto. Como não há bela sem senão e colocando-me na posição de antropólogo, felicitando-a, faço uma pergunta à equipa envolvida. Resolvem de forma imaginativa e cativante para o visitante (e mesmo que depois adquira o catálogo, aliás a bom preço para a qualidade) o enigma proposto, acabando por deixar outro em suspenso. Será que a louça preta só existe em Portugal?

VI

Surgem novas revistas, não só de antropologia. O *Journal of Iberian Archeology*, vol. 0, 1998, 254 p., terá uma periodicidade anual, e é editado por Vítor Oliveira Jorge (Universidade do Porto), sendo suportado pela Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular (ADCAP). É publicado em língua inglesa, no intuito de fazer circular para uma audiência mais ampla de especialistas os resultados de investigações em curso na arqueologia ibérica. Ao contrário do que sucede na antropologia cultural norte-americana, na Europa a antropologia não está ligada à arqueologia – daí ser-me difícil recensar o conteúdo – tarefa que competirá aos colegas desse domínio. O artigo de abertura, escrito pela socióloga Maria Eduarda Gonçalves, retém a atenção, porque trata das gravuras rupestres do Côa. Não só pela perspectiva abordada – a relação entre ciência e opinião pública –, como também por se verificar como alguns campos do conhecimento alcançam maior impacto que outros. Neste caso, finalmente, a

arqueologia. Porque serão os antropólogos alvo duma relação tão pacífica com o poder e a esfera pública, ao ponto de se suspeitar de um estado de ignorância recíproca? Não deveriam os antropólogos atacar numa frente sensível à sociedade (civil e não só), e para a qual têm munição, redigindo uma letra alternativa para o hino nacional?